

**Artigo de Pesquisa****A ESTRANGEIRA. PERCORRENDO A MEMÓRIA DA MULHER MIGRANTE: UMA JORNADA EM DIREÇÃO AO ASSENTAMENTO MADRE CRISTINA EM ARIQUEMES/RO****The Foreigner. Traversing the Memory of the Migrant Woman: The Anguishing Search for Land and Home.**

Jéssica Ferreira Costa<sup>1</sup>, Ricardo Gilson da Costa Silva<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG), Porto Velho, Brasil. E-mail: [jessicaferreiracosta20@gmail.com](mailto:jessicaferreiracosta20@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0001-6059-2456>

<sup>2</sup> Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia – GTGA/UNIR/CNPq, Porto Velho, Brasil. E-mail: [rgilson@unir.br](mailto:rgilson@unir.br)

 <https://orcid.org/0000-0002-3348-9629>

Recebido em (09/10/2023) e aceito em (29/11/2023).

**RESUMO:** Este artigo examina a jornada de migração socioespacial de uma mulher camponesa que reside no Assentamento Madre Cristina, em Ariquemes, Rondônia. Abordamos aspectos fundamentais relacionados à formação de sua família e seu histórico de luta pela terra, desde sua infância até sua conscientização e envolvimento em movimentos sociais. Investigamos as implicações da questão agrária em sua vida, que a levaram a empreender uma jornada migratória junto com sua família até o município de Ariquemes, onde se uniram ao campesinato após uma corajosa luta pela Reforma Agrária em Rondônia. O objetivo desta pesquisa é aprofundar nossa compreensão das experiências vividas por ela e sua família quando chegaram a esse município como sem-terra. Também discutimos como emergiu e se desenvolveu a luta pela terra, na qual os sujeitos pesquisados desempenharam um papel crucial. Este estudo fornece informações relevantes sobre a questão agrária e a luta pela terra na região Centro-Oeste de Rondônia. A coleta de dados ocorreu durante o trabalho de campo, utilizando questionários, entrevistas semiestruturadas e observação participante. Os resultados indicam que os problemas ligados à questão agrária no Brasil têm raízes políticas, relacionadas à sua história territorial e agravadas pela modernização agrícola. Diante desse contexto, a participante e sua família, integrados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em Rondônia, contribuem ativamente para o avanço da reforma agrária, compartilhando sua história com milhares de famílias que compartilham o mesmo sonho coletivo: o acesso à terra e a construção do campesinato.

**Palavras-chave:** Migração; Questão Agrária; Luta pela Terra; Campesinato.

**ABSTRACT:** This article examines the socio-spatial migration journey of a peasant woman residing in the Madre Cristina Settlement in Ariquemes, Rondônia. We delve into fundamental aspects related to her family background and her history of land struggle, from her childhood to her awareness and involvement in social movements. We investigate the implications of agrarian issues in her life, which led her to embark on a migratory journey with her family to the municipality of Ariquemes, where they joined the peasantry after a courageous struggle for Agrarian Reform in Rondônia. The aim of this research is to deepen our understanding of the experiences lived by her and her family when they arrived in this municipality as landless individuals. We also discuss how the struggle for land emerged

and developed, in which the researched subjects played a crucial role. This study provides relevant information on agrarian issues and the land struggle in the Central-West region of Rondônia. Data collection took place during fieldwork, using questionnaires, semi-structured interviews, and participant observation. The results indicate that the problems related to agrarian issues in Brazil have political roots, linked to its territorial history and exacerbated by agricultural modernization. In this context, the participant and her family, integrated into the MST (Landless Workers' Movement) in Rondônia, actively contribute to the advancement of land reform, sharing their story with thousands of families who share the same collective dream: access to land and the construction of peasant life.

**Keywords:** Migration; Agrarian Issue; Land Struggle; Peasantry.

**RESUMEN:** Este artículo examina el viaje de migración socioespacial de una mujer campesina que reside en el Asentamiento Madre Cristina en Ariquemes, Rondônia. Abordamos aspectos fundamentales relacionados con la formación de su familia y su historia de lucha por la tierra, desde su infancia hasta su toma de conciencia y su participación en movimientos sociales. Investigamos las implicaciones de la cuestión agraria en su vida, que la llevaron a emprender un viaje migratorio junto con su familia hasta el municipio de Ariquemes, donde se unieron a la comunidad campesina después de una valiente lucha por la Reforma Agraria en Rondônia. El objetivo de esta investigación es profundizar nuestra comprensión de las experiencias vividas por ella y su familia cuando llegaron a este municipio como sin tierra. También discutimos cómo surgió y se desarrolló la lucha por la tierra, en la que los sujetos investigados desempeñaron un papel crucial. Este estudio proporciona información relevante sobre la cuestión agraria y la lucha por la tierra en la región Centro-Oeste de Rondônia. La recopilación de datos se realizó durante el trabajo de campo, utilizando cuestionarios, entrevistas semiestructuradas y observación participante. Los resultados indican que los problemas relacionados con la cuestión agraria en Brasil tienen raíces políticas, relacionadas con su historia territorial y agravadas por la modernización agrícola. En este contexto, la participante y su familia, integrados en el MST (Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra) en Rondônia, contribuyen activamente al avance de la reforma agraria, compartiendo su historia con miles de familias que comparten el mismo sueño colectivo: el acceso a la tierra y la construcción del campesinado.

Palabras clave: Migración; Cuestión Agraria; Lucha por la Tierra; Campesinado.

## INTRODUÇÃO

*Terra Brasilis, continente, Pátria mãe da minha gente.  
Hoje eu quero perguntar: Se tão grande são teus braços  
por que negas um espaço aos que querem ter um lar?  
Pedro Munhoz. Procissão dos Retirantes.*

A história de colonização agrícola revela que grupos sociais usaram diversas estratégias para ocuparem terras e fixarem-se territorialmente. As práticas variam de acordo com o contexto em que estavam inseridos, ocorrendo seja por meio de mobilização popular em movimentos sociais de luta pela terra, ou de processos de programas de colonização governamental (SANTOS, 1993).

O capitalismo tem em seu pilar uma forte característica de acumulação e concentração, assim a colonização tem sido uma poderosa decisão política que se revela enquanto estratégia de expansão capitalista em novos territórios. O capital, ao criar os processos de colonização para fins mercantis e de acumulação, é capaz de

construir um novo reordenamento territorial, social, econômico e político em um determinado contexto espacial.

A consequência surge contra as pequenas famílias, que pressionadas em seu habitar, veem-se sendo impulsionadas a migrarem em busca de melhorias de vida para si. Portanto, observa-se diversas vezes que o processo capitalista cria condições econômicas e sociais desfavoráveis para algumas famílias, que passam a peregrinar em busca de lar e de outro espaço social. Portanto, o mesmo capital que promove o êxodo rural também anuncia novas oportunidades de terra, atraindo famílias, muitas vezes de regiões distantes. A colonização é um processo complexo com múltiplas dimensões, sendo a migração uma de suas principais consequências.

Neste interim, o mesmo capital que promove o êxodo rural, anuncia novas terras que possibilitam aos migrantes viverem e se reproduzirem, como ocorreu na Amazônia, sobretudo a partir da década de 1970, quando se implantou o processo de colonização na região. O governo militar criou propagandas que encenaram a oportunidade de terras, atraindo milhares de famílias

a migrarem, muitas vezes, oriundos de estados longínquos, após terem sido expropriadas de seus lugares. Logo, a colonização se revelou um processo social extremamente complexo e com múltiplas dimensões socioeconômicas, sendo, portanto, sua maior consequência a atração populacional, o fluxo migratório (SILVA, 1999; COSTA SILVA, 2014).

Neste estudo, examinaremos a trajetória de uma mulher camponesa que nutriu o desejo de cultivar sua própria terra, mesmo diante das adversidades que se colocavam a sua esperança, dia após dia. A problemática central é compreender a origem e os caminhos percorridos por essa mulher até a realização de seu "sonho de ter terra". Analisaremos suas formas de vida, produção e as complexas relações sociais que encontrou em sua jornada.

A história dessa camponesa reflete a experiência de muitos outros que buscam a produção social como camponeses, destacando o papel ativo do campesinato nos processos de colonização, abrangendo aspectos sociais, políticos, econômicos e ideológicos por possuir uma forte característica de mobilização em movimentos coletivos de luta pela terra. Eles compartilham a utopia e a coragem na luta por terra, lar e dignidade.

Este estudo é um desdobramento da pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – Campus Porto Velho, intitulada "Terra, Território e Transformação Social no Assentamento Madre Cristina – Ariquemes/Rondônia: um lugar para chamar de lar". O texto é resultado de trabalhos de campo e de uma entrevista realizada em campo em 14 de novembro de 2022, com o objetivo de destacar a luta pela terra em Ariquemes.

A pesquisa abrange as trajetórias socioespaciais da camponesa no Projeto de Assentamento Madre Cristina em três fases: a primeira, desde seu nascimento até sua saída do lar paterno com seu marido; a segunda, que descreve sua entrada na luta pela terra até sua territorialização no assentamento; a terceira, foca na fase atual de suas vidas como beneficiários do programa de reforma agrária. No entanto, neste

texto, discutiremos as duas primeiras fases, abordando questões relacionadas à migração, questões agrárias, estrutura fundiária em Rondônia e a luta pela terra por meio da organização coletiva de sem-terra em movimentos sociais.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa de natureza qualitativa, cujo objetivo foi compreender a trajetória de uma mulher camponesa que nutriu por anos o forte desejo de produzir em sua própria terra, enfrentando desafios e provações constantes. A pesquisa se propõe a analisar as formas sociais de vida e produção dessa mulher, bem como as complexas relações sociais conflitantes que ela encontrou em sua jornada. A senhora Aparecida Dias de Oliveira Diniz, 59 anos, com sua família, é camponesa do Assentamento Madre Cristina, localizado no município de Ariquemes, estado de Rondônia. Ela é a personagem deste estudo, para o qual compartilhou sua trajetória, participação na luta social, vida de migrante e trabalho agrícola.

Os procedimentos metodológicos incluíram pesquisa bibliográfica, trabalho de campo, entrevistas semiestruturadas e observação participante (CELLARDI, 2008; MARRADI, 2002). Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para compreender o contexto histórico, social e econômico das questões agrárias e da luta enfrentadas pela depoente e sua família. Isso proporcionou uma base sólida para a análise da trajetória da camponesa. Os trabalhos de campo foram realizados na região de Ariquemes (Rondônia), especialmente no Assentamento Madre Cristina, o território onde a camponesa vive com sua família. Assim, o contato direto com o ambiente permitiu a imersão no contexto local, possibilitando a observação das condições de vida, trabalho e das dinâmicas sociais que envolvem o assentamento.

Para realização da entrevista, um roteiro de perguntas abertas foi desenvolvido, permitindo que a entrevistada compartilhasse sua história, experiências e desafios ao longo do tempo. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para análise. Os pesquisadores, responsáveis pelo estudo, participaram ativamente do ambiente em que a camponesa vivia e trabalhava. Isso incluiu acompanhar suas atividades diárias, participar de eventos da comunidade e interagir com outras pessoas envolvidas em sua jornada. Anotações detalhadas foram feitas durante a observação participante para capturar nuances e *insights* significativos.

A análise do texto biográfico e de luta social da entrevistada envolveu uma abordagem qualitativa, onde as informações coletadas na entrevista e na observação participante foram codificadas e categorizadas em temas relevantes. Esclarecemos que a pesquisa seguiu princípios éticos rigorosos, incluindo a obtenção de consentimento informado da camponesa. Portanto, a pesquisa qualitativa sobre a trajetória da mulher camponesa em busca de sua própria terra revelou uma narrativa complexa de perseverança, desafios e conquistas. As formas sociais de vida e produção, assim como as relações sociais conflitantes, foram analisadas de forma aprofundada.

## PROCISSÃO DOS RETIRANTES: A MIGRAÇÃO POR TERRA E LAR

*Lavradores nas estradas vendo a terra abandonada  
Sem ninguém para plantar. Entre cercas e alambrados  
Vão milhões de condenados a morrer ou mendigar  
Pedro Munhoz. Procição dos Retirantes.*

Aparecida Dias de Oliveira Diniz, nascida no interior de Goiás em 1964, conheceu intimamente a vida de migrante desde então. Ela experimentou a condição de ser “estrangeira”, testemunhando em seus país o desafio de trabalhar em terras alheias como meeira e mão de obra em constante risco de ser “descartada” a qualquer momento.

A entrevista também vivenciou breves períodos nos centros urbanos, enfrentando as dificuldades inerentes à cidade, tais como preocupações com aluguel, alimentação, educação escolar para suas filhas, limitados recursos financeiros e dificuldades de acesso à saúde. Sua vida de peregrinação perdurou até 2009, quando ingressou na luta pela terra por meio do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST), no estado de Rondônia. Dessa forma, acumulou quarenta anos de migração, quase duas gerações como “estrangeira”, conforme relata dona Cida:

Eu nasci em 1964, na cidade de São Luís, em Goiás. Quando eu tinha três anos de idade nos mudamos para Araputanga, em Mato Grosso, mas por conta do financeiro mesmo. Naquela época os pais tinham muitos filhos e não tinham estudos, daí eles migravam buscando melhorias. Os meus pais sempre buscavam terra para trabalhar, para melhorar a terra, mas os trabalhos eram como meeiro, que era em porcentagem pro patrão e outra porcentagem para as famílias. Meu pai tirava leite, minha mãe fazia queijo pro patrão e nas horas vagas eles trabalhavam na lavoura para fazer um dinheirinho com vendas e tentar comprar um sítio.

Ocorre que no período de 1964 a 1984 (ditadura militar), a política de colonização agrícola na Amazônia se realizava contra a proposta de reforma agrária, sem questionamentos aos problemas estruturais acerca das injustiças na distribuição e acesso à terra. Nesse período, gestados por governos militares, inicia a criação de diversos órgãos e instrumentos socioeconômicos para “avançar” sobre os “vazios”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A ideia de “vazios demográficos” foi utilizada como justificativa para a ocupação territorial da Amazônia durante o governo militar (1964-1985). Bertha Becker (2005), uma renomada geógrafa brasileira, questionou a ideia de “vazios demográficos” posto que essa noção era usada para justificar a intervenção humana na região, ignorando a presença histórica e a importância cultural das populações indígenas e tradicionais que já habitavam essas áreas. Becker argumentou que essas regiões não eram vazias, mas sim habitadas por comunidades indígenas e populações locais com modos de vida adaptados às condições da Amazônia. A política de ocupação muitas vezes resultou em impactos socioambientais significativos, incluindo desmatamento, perda de biodiversidade e conflitos sociais. Portanto, a crítica de Becker destaca a necessidade de considerar e respeitar as comunidades locais e suas práticas sustentáveis ao planejar políticas de desenvolvimento e ocupação territorial na Amazônia.

demográficos na Amazônia, incorporando-a à economia brasileira, seja com a produção mineral e agropecuária, seja com o estímulo à migração.

A dinâmica econômica regional acolheu os interesses dos grandes proprietários rurais em requerer terras públicas para exploração econômica, sob o impulso da chamada modernização agrícola. A colonização na Amazônia ocorreu pela atração populacional (migração), que forneceu mão de obra “barata” para a região sob o discurso de terra para quem conseguisse desmatar e produzir.

Marques (2000) destaca o avanço das políticas agrícolas capitalistas, que ameaçaram a reprodução camponesa e, como reação, uma das principais estratégias adotadas por esses sujeitos foi a migração para outras regiões, sempre em busca de terra para o trabalho e vida digna. Moura (1998) retrata que camponeses agregados em grandes fazendas são na maioria das vezes despejados pelos fazendeiros, sempre que, de algum modo, os trabalhadores conseguem algum direito social fruto de seu trabalho.

A história vivenciada por Cida tem na migração e na luta por direitos básicos uma trajetória experienciada por muitas famílias brasileiras, cujo retrato mais próximo é a formação socioespacial do Rondônia. Dona Cida migrou ao chegar em Araputanga/MT, com sua família em 1975, onde seus pais já trabalhavam como meeiros<sup>2</sup>, enquanto juntavam dinheiro para comprar um sítio, o que ocorreu somente cinco anos depois, em 1980, quando novamente migram para Santa Rita (Mato Grosso), após seu pai ter comprado um sítio nesta cidade. A migração, o caminhar para os lugares, a busca por um pedaço de terra, compõem a sua trajetória.

Em 1986, o núcleo familiar da senhora Aparecida se altera completamente, quando seus irmãos se casam e deixam o sítio dos seus pais. Nesta fase, residia apenas Cida, filha caçula com 17 anos, e, com os pais já idosos, decidiram comprar uma chácara na cidade de Cárceres/MT a fim de facilitar os trabalhos para o pai da entrevistada, que inicia a produção de garapa<sup>3</sup>, bebida que comercializava.

---

<sup>2</sup> O termo meeiro refere-se a uma prática tradicional de uso da terra, sendo, portanto, um sistema de produção em que duas ou mais partes compartilham os resultados da colheita. Geralmente, um proprietário de terra (o dono da terra) fornece a terra e, em troca, uma pessoa, o meeiro, contribui com seu trabalho na plantação, geralmente com a divisão dos custos de produção. Ao final da colheita, os produtos são divididos entre o proprietário da terra e o meeiro, muitas vezes de acordo com os termos pré-acordados. É importante notar que essas práticas podem variar em diferentes comunidades e regiões da Amazônia, e a dinâmica específica pode depender de fatores culturais, sociais e econômicos locais

<sup>3</sup> O termo “garapa” é frequentemente usado em algumas regiões do Brasil, especialmente em áreas mais rurais, para se referir ao caldo extraído da cana-de-açúcar. Esse caldo, também conhecido como “caldo de cana” ou simplesmente “garapa”, é obtido por meio da prensagem da cana-de-açúcar para extrair o líquido doce. O caldo de cana é uma bebida popular e refrescante, consumida principalmente fresca e natural, muitas vezes em locais onde é possível encontrar prensas de cana-de-açúcar. Em outros contextos, “garapa” também pode ser associado à fermentação da cana-de-açúcar, resultando em bebidas alcoólicas, como a cachaça. A garapa, nesse contexto, é a cana-de-açúcar fermentada antes da destilação. A cachaça é uma bebida destilada popular no Brasil, e a qualidade da garapa influencia diretamente o sabor final da cachaça. Portanto, o significado de “garapa” pode variar dependendo do contexto, referindo-se tanto ao caldo de cana fresco quanto à fase de fermentação da cana-de-açúcar em processos de produção de bebidas alcoólicas.

A depoente inicia a sua vida matrimonial no ano de 1989. Seu esposo gostava de trabalhar no sítio, porém, como não tinha terra para si, ambos vão morar em uma fazenda para trabalharem como meeiros. Sete meses depois, ainda em 1989, migram para Mirassol (Mato Grosso) em busca de melhores condições de salário e trabalho, mas trabalhando como marceneiro na cidade. Em 1990, migra novamente para Cáceres (Mato Grosso), e as mudanças são explicadas nas seguintes palavras da depoente:

A gente mudava por mudança na melhoria de emprego, mesmo sendo em marcenarias, porque a gente achava patrões com propostas melhores que aquele outro e assim ia se passando daí a gente ia mudando, quando chegava a realidade depois não era nada, ganhava pouco e era aquela dificuldade, né? Daí a gente foi mudando e mudando, mudamos de Lambari, de Mirassol tudo no mesmo propósito de trabalhar em marcenaria e tudo assim não ganhava muito bem.

Como evidenciado, as mudanças ocorriam sempre que encontravam propostas melhores de salários, assim, permaneceram na cidade de Cáceres até 1993. Em 1991, Cida vivencia o nascimento da sua primeira filha; em 1992, o nascimento da sua segunda filha. No ano de 1993, mudaram-se para Rio Branco (Mato Grosso). Em 1994, vai morar em Lambari (MT), trabalhando na cidade novamente como marceneira, junto a seu esposo. De Lambari migrou para Mirassol, no ano de 1995. Somente em 1996 migro para o estado de Rondônia, chegando à Ariquemes (Figura 1).



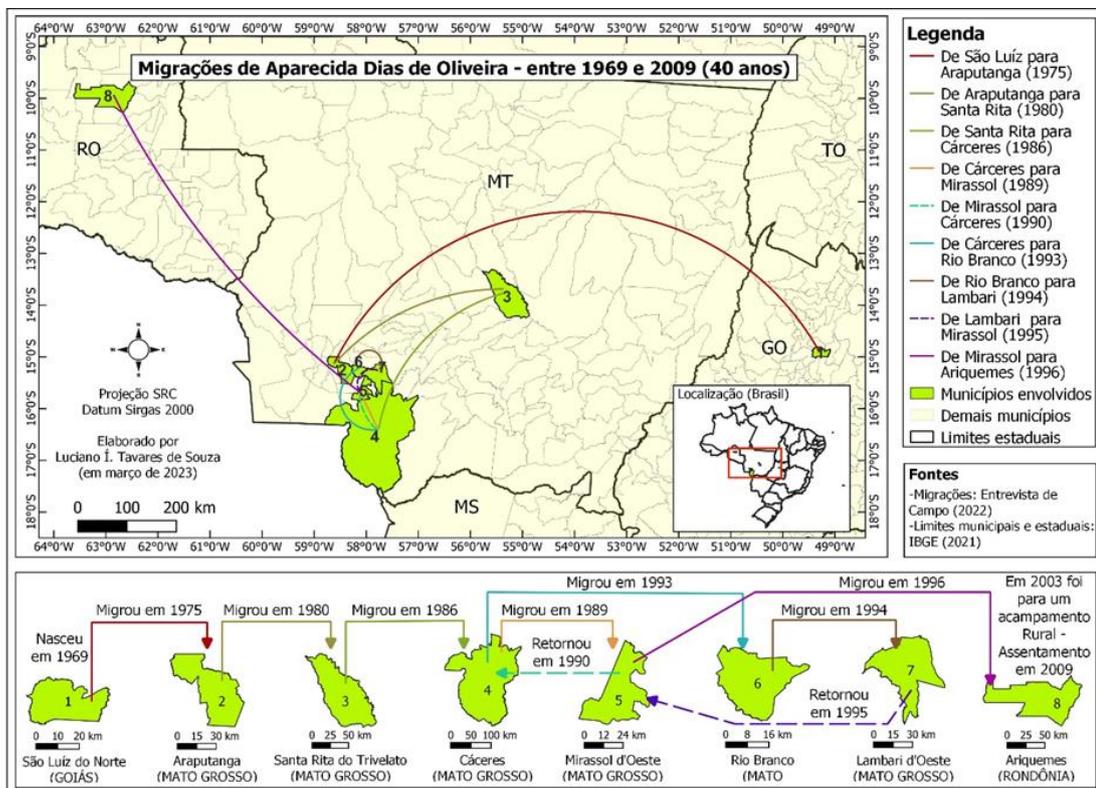
**Figura 1:** Cida e Valdir na feira municipal de Ariquemes – Rondônia (2018). Fonte: Aparecida Dias de Oliveira Diniz, arquivo pessoal.

Assim, em Rondônia emerge as incertas trajetórias socioespaciais dos migrantes, geradas pela concentração de terras, exclusão e expropriação derivadas da modernização agrícola, pois, como se sabe, cada um destes fatores não constitui

fenômenos isolados, repercutindo em todo o país, martirizando camponeses de diversas regiões, deixando-os à mercê na vida urbana. A realidade social apresentada é, de modo político e econômico, geradora de fluxos migratórios, sendo um imperativo na vida dos camponeses e, particularmente, na história da personagem principal desta trajetória. Marques (2000, p. 14) retrata que esse processo ocorre pelo fato de que...

O campesinato brasileiro não é um enraizado, ele é um migrante e seu deslocamento tem sido determinado em grande parte pelo avanço da propriedade capitalista sobre a terra. Ao serem expulsos ou perderem sua propriedade, eles geralmente retornam à terra, mesmo que em outro lugar.

Cida relata que “todos os serviços ganhavam pouco na época. Nós trabalhamos para ganhar o sustento, quando não conseguia mais a gente mudava para tentar conquistar em outro lugar, não era uma escolha, era necessidade, precisão mesmo”. Assim, seu depoimento evidencia que todas as migrações e mudanças decorreram das limitadas condições de vida social e trabalho. Conforme Carvalho (1998, p. 9), pode-se afirmar “[...] que o trabalhador rural sem terra é nômade geográfico e social. E este nomadismo social não está relacionado, necessariamente, à mobilidade social vertical, mas às suas estratégias de sobrevivência”. Pode-se, com Milton Santos (2008, p. 63), pensar que “A migração, em última instância, é, sem paradoxo, consequência também da imobilidade [social]”.



**Figura 2:** Percurso migratório de Aparecida Dias de Oliveira Diniz (2022). Fonte: Autores em pesquisa de campo (2022). Elaboração: Luciano Tavares de Souza (GTGA, 2023).

Destacamos o mapa que apresenta as migrações realizadas pela depoente que, enquanto mudava de cidade em cidade, alimentava, em conjunto com o seu esposo, o sonho por uma terra e lar para se territorializar e viver com sua família. O mapa destaca as cidades, estados e regiões que a depoente peregrinou durante o período de 1969 a 2009 (Figura 2).

## **RONDÔNIA, TERRA PROMETIDA, E A ESPERANÇA NA LUTA COLETIVA**

Em conjunto com êxodo rural, a concentração fundiária sempre foi um dos principais resultados da modernização agrícola, assentada em um modelo que dificulta o acesso e a permanência camponesa na terra. De modo dialético, isso gera novas demandas, pois reconfigura as lutas sociais, posto que os camponeses que compreendem sua condição de sem-terra, percebem que suas possibilidades de reprodução social estão ameaçadas e limitadas. Esses camponeses em êxodo, migrantes históricos do Brasil agrário, buscam mecanismos de retorno à terra. Assim, inserida nessa história, compreende-se a participação, como sujeito social, da depoente no processo de luta pela terra no município de Ariquemes, em Rondônia.

Ao chegar em Ariquemes, Rondônia, em 1996, dona Cida trabalhou na cidade, onde – ela e seu esposo – constituiria um pequeno negócio em marcenaria. Porém, os serviços eram escassos e, por se tratar da única fonte de renda familiar, era, portanto, insuficiente para manter um nível adequado de vida e honrar com os compromissos do aluguel e outras despesas familiares. A situação financeira restrita também refletia nas escolhas diárias, impondo desafios constantes para atender às necessidades básicas, assim, o equilíbrio entre despesas essenciais e a renda disponível tornava-se um constante malabarismo para a família. A depoente relata que mesmo com dificuldades financeiras, a decisão de ingressar no acampamento deu-se, principalmente, porque: “Valdir, meu esposo, sempre gostou de trabalhar na terra e ele sempre falava que queria uma terra para cultivar e plantar”. Ainda assim, as incertezas eram muitas, conforme relata sobre o ingresso no acampamento:

O processo foi difícil porque nós deixamos uma casa na cidade e viemos para cá, mas a terra não saiu rápido, mas a convivência foi boa, teve curso de formação e entendemos como está o processo de acampado para conseguir a terra. Lutamos para ter a terra, mas no começo foi difícil. Nós moramos um tempo na lona preta e depois o Incra comprou a área, aí nós fomos para nossa terra e conhecemos essa conquista. Mas é claro que depois da conquista da terra a gente precisa aparar e ter sustento da terra.

Aparecida conhece o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST) a partir das participações na comunidade católica local. O movimento de luta pela terra que surge em Rondônia, a partir da década de 1980, contava com a força das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de alguns Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Assim, em Rondônia, a base encontrada para o surgimento e fortalecimento do MST foi justamente a partir das pequenas comunidades, sejam em

núcleos urbanos ou no campo, aonde a liturgia do povo era expressar suas dores, lutas e desafios para uma vida melhor, daí o imperativo de organização social na luta pela terra.

Os pobres na terra de Rondônia encontraram o primeiro suspiro e apoio nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e na Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada também pela Igreja Católica. Os primeiros dirigentes locais do MST foram motivados pela CPT-RO, que convida algumas pessoas para pensar e construir o MST-RO, e, a exemplo de outros estados, envia trabalhadores para participar do primeiro Congresso do MST, em 1995, no Paraná (SOUZA, 2011).

Os principais assentamentos de Reforma Agrária em Rondônia, consolidados a partir da luta do MST estão descritos no Quadro 1:

**Quadro 1:** Conquistas da Luta: relação dos Assentamentos de Reforma Agrária em Rondônia Organizados pelo MST

Município	Assentamento	Nº Famílias	Ano de criação
Alto Alegre dos Parecis	Acampamento Che Guevara	184	2008
Alvorada do Oeste	Silvio Rodrigues	180	2009
Ariquemes	Migrantes	72	2004
	Madre Cristina	35	2006
	14 de agosto	35	2009
Nova União	Palmares	318	1996
	Margarida Alves	258	1997
Mirante da Serra	Padre Ezequiel	200	2001
Presidente Médici	Chico Mendes	142	1997
Espigão do Oeste	PA Cachoeira	302	1990

**Fonte:** INCRA, 2021; SOUZA, 2011. Org.: autores.

O quadro acima indica a territorialização camponesa em suas lutas pela terra, revelando um total 1.726 famílias assentadas sob a organização do movimento social, em 7 municípios de Rondônia. Aponta-se a força política e social do MST e sua importância na luta pela Reforma Agrária. O movimento também se fundamenta em estudos sociais, agroecológico, educacional, encaminhando filhos das famílias assentadas para cursos de ensino superior e cursos de formação política. O MST almeja construir a Reforma Agrária Popular<sup>4</sup>, enquanto se conquista a transformação

<sup>4</sup> A "Reforma Agrária Popular" é uma proposta defendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em que a Reforma Agrária vai além da simples distribuição de terras, buscando transformações mais amplas na estrutura fundiária e na organização da produção agrícola. Algumas características e princípios dessa proposta incluem: Redistribuição de terras, priorizando a destinação de áreas improdutivas ou subutilizadas para a agricultura familiar e cooperativas; Soberania alimentar, promovendo práticas agrícolas sustentáveis e diversificadas, que implica uma produção de alimentos voltada para atender às necessidades locais, reduzindo a dependência de grandes corporações e promovendo a segurança alimentar; Participação popular, em que o MST destaca a importância da participação ativa da comunidade na gestão das áreas reformadas, isso envolve a implementação de

social pelas mãos calejadas da enxada, pela via da agricultura familiar e camponesa (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006).

Observaremos, em seguida, a organização social e política de um dos assentamentos construído a partir da coletividade das famílias organizadas no movimento social de luta pela terra em Rondônia.



**Figura 3:** Entrada para o Assentamento Madre Cristina (2022). Fonte: Pesquisa de campo (2022).

A trajetória da depoente está sincronizada com as 35 famílias que em 2006 articularam a criação do Assentamento Madre Cristina (Figura 3), a partir dos processos de luta pela terra. Sobre isso, Cida relata que:

O movimento do MST foi uma escola, nós aprendemos muito. E é uma escola até para as crianças, desde a ciranda e participação em tudo foi um

formas de governança democráticas, como assembleias e cooperativas, permitindo que os trabalhadores rurais tenham voz nas decisões que afetam suas vidas e meios de subsistência; Educação e cultura para promoção da educação e cultura no campo, buscando proporcionar condições para o desenvolvimento humano integral dos trabalhadores rurais tendo acesso à educação de qualidade, formação técnica e cultural, contribuindo para o fortalecimento das comunidades; Agroecologia sendo este o modelo proposto pelo MST que valoriza práticas agrícolas sustentáveis e ambientalmente amigáveis, implicando no uso responsável dos recursos naturais, evitando o uso excessivo de agrotóxicos e promovendo técnicas que respeitam o equilíbrio ecossistêmico. Em resumo, a "Reforma Agrária Popular" do MST busca não apenas a redistribuição de terras, mas uma transformação mais profunda na estrutura agrária, visando a justiça social, a sustentabilidade ambiental e a participação ativa das comunidades rurais na construção de um modelo agrícola mais justo e equitativo.

aprendizado grande, nós estudamos sobre gênero e sobre reforma agrária e de como viver melhor e cultivar a terra. As famílias unidas e lutando formaram uma só, e isso até hoje porque se pegar fogo numa área importante junta todo mundo para apagar.

Carregando sonhos e esperanças, cerca de 70 famílias organizadas no MST ocuparam, na madrugada do dia 24 de julho de 1998, a Fazenda Tupi I e II, no município de Ariquemes. Requereram a improdutiva fazenda para que a mesma se tornasse objeto de reforma agrária, através do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRF). As famílias eram da região de Ariquemes e Jarú, geralmente das periferias das cidades, ou filhos e filhas de pequenos produtores e sitiantes, mas com o sonho de conquistar a terra e nela produzir, sonho que os conduziu a uma luta que perdurou por 16 anos. Nesse penoso processo, várias famílias desistiram. Sobre este processo, Aparecida relata que,

Ficamos sete anos acampados, não tinha nada era só na lona e palha, fazia a parede de broto de babaçu, e lona, era bem feito. Tem madeira roliça para a estrutura ficar em pé. Chegou a 47 famílias, um pouco foi desistindo, e aí ficaram 35 famílias... Eu sinto realizada, porque foi uma luta bastante grande. Na época igual eu falei eu nem queria vim mais porque é ele (meu marido) que tinha o sonho, porque para mim era mais dificultoso. No começo saia discussão, fofoca, no começo foi difícil, sair da casa para um barraco, mas como lá a gente fazia trabalho de pastoral na cidade, a gente veio para cá, depois do cansaço de ficar na lona, e a gente conseguiu esse local, de ficar com a mina, com a mata, que saiu no sorteio para gente. Aí ficou bem melhor.

Durante o acampamento, as famílias resistiam em coletividade, unidas, elas realizavam trabalhos por meio de diárias para sitiantes vizinhos, organizavam-se para arrumar os barracos de lona, na limpeza do acampamento e alternavam-se na organização da vigilância nos acampamentos. É importante salientar que a vigilância do MST nos acampamentos desempenha um papel crucial na organização e segurança do território enquanto acampamento e assentamento rural. Esses procedimentos são implementados com o objetivo de garantir a integridade física dos ocupantes, bem como para salvaguardar os princípios e objetivos do movimento.

Ademais, a transparência nas ações de vigilância é promovida como um elemento-chave, permitindo que os ocupantes compreendam a necessidade desses processos para o bem-estar geral da comunidade. O registro fotográfico (Figura 3) revela um dos inúmeros processos de organização coletiva das famílias durante o acampamento; o barracão construído pelos acampados para assembleias e reuniões em que pudessem discutir sobre o processo de conquista da terra, criarem e fortalecerem os vínculos afetivos. A fotografia registra o momento em que as mães discutiam sobre educação e outras pautas a respeito de seus filhos pequenos.

Nesses processos, ocorriam também as assembleias regulares e a participação ativa dos membros na tomada de decisões relacionadas à segurança, organização e distribuição das tarefas gerais, como alimentação e bem-estar geral, destaque das lideranças que representariam os acampados em reuniões com INCRA, MPF e outros órgãos públicos, sendo espaços que contribuíam para a construção de um ambiente democrático e participativo.



**Figura 3:** Mulheres reunidas no barracão<sup>5</sup> do acampamento (2004). Fonte: Aparecida Dias de Oliveira Diniz, arquivo pessoal.

Assim, no final do ano de 2006, foi decidido pela desapropriação da fazenda Tupi I e II, mediante o pagamento da Dívida Pública no valor total de R\$1.464.622,38, com resgate em 15 anos. O assentamento Madre Cristina atenderia 35 famílias, teria uma Reserva Legal em Bloco (RLB)<sup>6</sup> e que do total de 25 hectares cada família teria em média 40% para uso, sendo a reserva não demarcada em parcelas.

Em 2007, foi emitido o Contrato de Concessão de Uso (CCU), que só foi entregue às famílias a partir de 2014, muitos já vencidos, e, em 2008, foi iniciada a liberação das primeiras parcelas do Crédito Instalação<sup>7</sup>, para que as famílias pudessem comprar ferramentas para iniciar a produção nos respectivos lotes.

<sup>5</sup> O termo barracão refere-se a uma construção simples e improvisada para local de reuniões, assembleias e discussões gerais acerca do acampamento.

<sup>6</sup> A Reserva Legal em Bloco representa uma área contígua correspondente, no mínimo, à soma do total das áreas de reserva legal de todas as parcelas do assentamento, e pode ser explorada economicamente por meio de manejo sustentado que não cause a supressão da vegetação. Esta opção permite um melhor planejamento da ocupação da área do projeto e das atividades que serão desenvolvidas pelos assentados. Evita a fragmentação das áreas com cobertura florestal e permite ao assentado utilizar toda a sua parcela, com exceção das áreas de preservação permanente. Possibilita, ainda, destinar para o parcelamento as glebas com solo mais fértil ou com melhores condições de acesso, resultando numa maior homogeneidade das parcelas e, ao mesmo tempo, garantindo o cumprimento do Código Florestal (BRASIL, 2005, p. 5- 6). O objetivo é garantir a conservação da biodiversidade, a preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade ambiental.

<sup>7</sup> Instrumento financeiro disponibilizado pelo governo para apoiar as famílias que foram assentadas como parte de programas de Reforma Agrária. Trata-se, portanto, de uma forma de financiamento que ajuda os beneficiários do assentamento a estabelecerem suas atividades produtivas e desenvolverem infraestrutura básica. Geralmente, esse crédito pode ser utilizado para diversas finalidades, tais como:

## CONCLUSÃO

*Nova leva de imigrantes, procissão dos retirantes só a terra em cada olhar  
Brasileiros nós feito, vão gritando, mas sem voz, Norte a Sul não tem lugar.  
Eu não consigo entender, que nessa imensa nação, ainda é matar ou  
morrer por um pedaço de chão.  
Pedro Munhoz. Procissão dos Retirantes.*

Ao compreender as trajetórias socioespaciais da depoente, verificou-se os elementos que situam, a partir da entrevista, sua participação na luta pela terra. Com a organização social dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e sua participação como sujeito social, foi possível a senhora Aparecida acessar a terra pública, constituída em território camponês com a criação do assentamento rural.

As trajetórias, compostas por caminhos da camponesa migrante, evidenciam o longo tempo de mudanças entre fazendas, municípios, estados e regiões, chegando a quase duas décadas de jornada. O retorno às trajetórias serve para investigar o significado da modernização agrícola e os processos migratórios, o êxodo rural e a constituição dos movimentos de luta pela terra.

Os problemas oriundos da questão agrária no Brasil são de fundo político, inerentes à sua formação territorial e se agravou com a modernização agrícola, que reduziu as áreas destinadas à agricultura camponesa, diminuição do emprego no campo e aumento da concentração de terras.

A conjuntura foi mapeada nas trajetórias socioespaciais da depoente em sua angústia por um lugar em que pudesse se territorializar, plantar e cuidar de sua família, sobretudo no que diz respeito ao acesso à terra. Sabe-se que a terra se tornou mais distante para os camponeses sem-terra e/ou com pouca terra; que necessitariam ampliá-la para oportunizar à família condições de trabalho e de vida.

A região de Ariquemes atraiu - e continua atraindo - muitos trabalhadores, em função da visibilidade dada pelo agronegócio. Assim, ocorreu a convergência de camponeses de diversas regiões do Brasil que, após longos períodos de migrações e ao compreenderem que o modelo agrícola regional não os priorizaria no seu processo constitutivo, uniram-se no movimento de luta pela terra, como a depoente e sua família corajosamente o fez ao participarem do MST. Há, nesses percursos migratórios, o encontro entre centenas de camponeses até então desconhecidos entre si, mas com suas histórias e trajetórias repletas de convergências, que se unem, tornam-se famílias e coletivamente alcançam o acesso à terra.

---

Investimentos produtivos, infraestrutura básica para construção de moradias, instalações para armazenamento de produtos, sistema de irrigação, estradas internas, e de apoio à produção sustentável podendo o crédito Instalação ser condicionado ao uso de práticas agrícolas sustentáveis e ao cumprimento de normas ambientais. As condições e regras específicas do Crédito Instalação podem variar de acordo com o programa de Reforma Agrária e a legislação de cada país, e, geralmente, esses créditos são concedidos com condições facilitadas de pagamento e taxas de juros mais baixas, buscando proporcionar um apoio efetivo para o estabelecimento das famílias assentadas.

## CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

**Concepção:** Jéssica Ferreira Costa e Ricardo Gilson da Costa Silva. **Metodologia:** Jéssica Ferreira Costa e Ricardo Gilson da Costa Silva. **Análise formal:** Jéssica Ferreira Costa e Ricardo Gilson da Costa Silva. **Pesquisa:** Jéssica Ferreira Costa. **Recursos:** Jéssica Ferreira Costa e Silva e Ricardo Gilson da Costa Silva. **Preparação de dados:** Jéssica Ferreira Costa. **Escrita do artigo:** Jéssica Ferreira Costa e Ricardo Gilson da Costa Silva. **Revisão:** Jéssica Ferreira Costa e Ricardo Gilson da Costa Silva. **Supervisão:** Ricardo Gilson da Costa Silva.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERÓ), pela concessão de bolsa de mestrado e financiamento do projeto de pesquisa do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia – GTGA/UNIR/CNPq.

## REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha. Dinâmica urbana na Amazônia. In: DINIZ, C. C; LEMOS, M. B. (Orgs.). **Economia e Território**. Minas Gerais: UFMG, 2005. p. 401-428.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia como matriz disciplinas para um novo paradigma de desenvolvimento rural Sustentável**. Brasília: MDA, 2006. N. 26
- CARVALHO, H. oracio M. (1998). **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Curitiba, Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. aAgosto de 1988. , mimeo 83 p.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- COSTA SILVA, R. G. Das margens do Madeira ao interior da floresta: percursos da formação sócioespacial de Rondônia (1970-1995). In: ALMEIDA SILVA, A; NASCIMENTO SILVA, M. G. S; SILVA, R. G. C. (Orgs.) **Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia: Reflexões geográficas** 1ed. Curitiba: Editora SK, 2012, v. 1, p. 58-82.
- MARQUES, M. I. Marta Inês Medeiros. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos**

assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MARRADI, A. Método como arte. **Papers** 67, p. 107-127, 2002.

MOURA, M. M. **Os deserdados da terra**: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998a.

RIBEIRO, N. F. **Caminhada e esperança da reforma**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SANTOS, J. V. T. **Matuchos**: exclusão e luta: do sul para a Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 136 p.

SILVA, M. A. M. Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

SOUZA, M. M. O. de. **Luta, Territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense (1970-2010)**. 2011. 350 f.: il. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2011.



Revista Geonorte, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Brasil. Obra licenciada sob Creative Commons Atribuição 3.0